



**UnB**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
IPOL - INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
CIÊNCIA POLÍTICA

FELIPE GUTEMBERG TEIXEIRA

GOVERNOS DE COALIZÃO NO DF - A EXPERIÊNCIA DO GOVERNO  
ROLLEMBERG (2015-2018)

Brasília, DF  
2019

FELIPE GUTEMBERG TEIXEIRA

GOVERNOS DE COALIZÃO NO DF - A EXPERIÊNCIA DO GOVERNO  
ROLLEMBERG (2015-2018)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciência Política da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a Obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política.

Brasília, DF  
2019

Dedico este trabalho aos meus pais, esposa e filhos,  
sempre ao meu lado dando forças nos momentos  
mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores e colegas por me ajudarem a desenvolver este trabalho.

"Em política, nada é desprezível"  
(Benjamin Disraeli)

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise sobre a composição do gabinete do governo Rodrigo Rollemberg, eleito governador do Distrito Federal com mandato de 2015 a 2018. Buscou-se levantar dados acerca da formação e estrutura partidária de seu gabinete, de forma a verificar se houve compatibilidade e proporcionalidade entre o apoio de sua coligação e a recompensa aos partidos que a integravam. Processo semelhante foi desenvolvido no tocante a partidos que ingressaram no governo a posteriori, na formação da coalizão do governo. Verificou-se que só há uma correlação significativa entre apoio e recompensa quando verificamos a presença dos partidos na Câmara Legislativa e a quantidade de Administrações Regionais colocadas sob o comando destes.

Palavras-chave: Coligações. Governos de Coalizão. Governo Rollemberg. GDF.

## **ABSTRACT**

*This work presents an analysis on the composition of the GDF under the term of Rodrigo Rollemberg (2015-2018). It aimed to collect data about the constitution and the structure of his cabinet, as means to verify if it compatibility and proportionality between the support of his electoral allies and the rewards to them. A similar process was used in regards to parties that arrived at a later time in the government, in the formation of the government coalition. It was verified a strong correlation between support and reward when the presence of a given party and the quantity of "Administrações Regionais" under the control of the given party is used as a parameter.*

*Keywords: Coalition. Coalition Government. Rollemberg Government. GDF.*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 — Sistemas Eleitorais de países selecionados . . . . .	12
Tabela 1 — Evolução da fragmentação partidária na Câmara dos Deputados brasileira (1986-2014) . . . . .	15
Quadro 2 — Coligações Deputado Distrital - Eleição de 2014/DF . . . . .	22
Figura 1 — Distribuição das cadeiras da CLDF por coligações - Janeiro/2015 . .	23
Quadro 3 — Os 24 Deputados Distritais eleitos na eleição de 2014 . . . . .	23
Figura 2 — Distribuição das cadeiras da CLDF por partidos - Janeiro/2015 . . . .	25
Quadro 4 — Composição do primeiro escalão (secretarias) do GDF - Governo Rollemberg - Jan/2015 . . . . .	25
Figura 3 — Distribuição das Secretarias do GDF - Partidos - Janeiro/2015 . . . .	27
Quadro 5 — Presidência das Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista do DF - jan/2015 . . . . .	27
Quadro 6 — Presidentes/Diretores-Gerais de Autarquias do GDF - jan/2015 . . . .	28
Quadro 7 — Administradores Regionais DF - jan/2015 . . . . .	28
Figura 4 — Distribuição das Administrações Regionais do GDF - Partidos - Janeiro/2015 . . . . .	30
Gráfico 1 — Distribuição das Secretarias do GDF - Coligação - Janeiro/2015 . . . .	31
Figura 5 — Distribuição das Administrações do GDF - Coligação - Janeiro/2015 . . . . .	32
Tabela 2 — Correlação entre presença de partidos coligados na Câmara Legislativa e concessão de cadeiras no gabinete do GDF - Jan/2015 . . . . .	32
Tabela 3 — Correlação entre presença de partidos da coalizão governamental na Câmara Legislativa e concessão de cadeiras no gabinete do GDF - Jan/2015 . . . . .	33
Tabela 4 — Distribuição de pastas - PSB x Outros Partidos - janeiro/2015 . . . . .	34
Figura 6 — Presença da coalizão do governo na CLDF - janeiro/2015 . . . . .	35
Figura 7 — Presença da coligação vencedora do GDF na CLDF - janeiro/2015 .	35



## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	9
1.1	DELIMITAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA	9
1.2	PROBLEMA E OBJETIVO	10
1.3	METODOLOGIA	10
2	<b>MARCO TEÓRICO</b>	11
2.1	MODELOS TEÓRICOS DE INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES EXECUTIVO/LEGISLATIVO	11
2.1.1	<b>A estrutura dos poderes nas unidades subnacionais</b>	11
2.1.2	<b>Como a escolha do sistema eleitoral afeta a composição do parlamento brasileiro?</b>	13
2.1.3	<b>O processo eleitoral para os poderes executivo e legislativo federais e estaduais/distritais</b>	15
2.1.4	<b>Por que o poder executivo precisa do poder legislativo para governar?</b>	15
2.1.5	<b>O modelo <i>office-seeking motivation</i> de interpretação das relações entre o legislativo e o executivo</b>	16
2.2	GOVERNOS DE COALIZÃO	17
2.2.1	<b>Conceito de governo de coalizão</b>	17
2.2.2	<b>Aplicabilidade de modelos de governo de coalizão para as unidades subnacionais</b>	18
2.2.3	<b>Diferenças entre União, Estados e Distrito Federal</b>	19
3	<b>DESENVOLVIMENTO</b>	21
3.1	MODELAGEM DA PESQUISA	21
3.1.1	<b>Apresentação do modelo utilizado na pesquisa</b>	21
3.2	APRESENTAÇÃO DOS AGRUPADOS DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA	22
3.3	ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE GABINETE DO GOVERNO RODRIGO ROLLEMBERG (2015).	31
4	<b>CONCLUSÃO</b>	37
	<b>REFERÊNCIAS</b>	38

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos principais campos de estudo na área de Ciência Política é a relação entre o poder executivo e o legislativo. A preponderância de um poder sobre o outro, as forma de relação entre eles, as responsabilidades legais e divisão de competências, o alinhamento das agendas, as relações de *accountability*, formas de montagem de gabinete por parte do executivo: são aspectos do mundo político que me despertam a atenção.

Um dos aspectos que me chama a atenção é o que Abranches (1988) chama de *Presidencialismo de Coalizão*: dado que nosso sistema eleitoral tende a gerar uma grande fragmentação partidária<sup>1</sup>, o presidente para aprovar sua agenda tem de cooptar membros de uma gama de outros partidos, no que se convencionou chamar de "*base governista*", usando para isso a distribuição de ministérios. Segundo o autor, o Brasil é caso *sui generis*, sendo o único país no mundo a adotar tais medidas.

Este trabalho visa explorar este conceito, no sentido de verificar se o modelo de "presidencialismo de coalizão" seria aplicável nas esferas estaduais - no nosso caso, no Distrito Federal.

### 1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E JUSTIFICATIVA

Define-se o tema deste trabalho como "Sistemas Eleitorais - Governos de coalizão no Distrito Federal". A escolha deste tema justifica-se por conta da relevância de termos mais estudos que abranjam as unidades subnacionais - essas esferas de análises raras vezes são apreciadas como foco de pesquisas no campo de sistemas eleitorais. Em especial cito o caso do Distrito Federal, que por conta de suas particularidades (tem competências e características ao mesmo tempo federais, estaduais e municipais) é bastante negligenciado pelos cientistas políticos.

Nesse sentido, estudos que visem ampliar o conhecimento sobre características específicas locais são muito bem vindas. Sobre o tema em si, o que acaba seduzindo o pesquisador é a rica estrutura de poder que se encontra imbricada no processo executivo/legislativo. Tal relação é brilhantemente apresentada nas palavras de Limongi e Figueiredo (1998) ao nos apresentar que

O Executivo domina o processo legislativo porque tem poder de agenda e esta agenda é processada e votada por um Poder Legislativo organizado de forma altamente centralizada em torno de regras que distribuem direitos

---

<sup>1</sup> Abranches (1998) sugere que essa propensão à fragmentação se dá por conta da combinação de eleições proporcionais para a câmara baixa com um quadro multipartidário e com um "presidencialismo imperialista".

parlamentares de acordo com princípios partidários. No interior deste quadro institucional, o presidente conta com os meios para induzir os parlamentares à cooperação. Da mesma forma, parlamentares não encontram o arcabouço institucional próprio para perseguir interesses particularistas. Ao contrário, a melhor estratégia para a obtenção de recursos visando retornos eleitorais é votar disciplinadamente.

Reconhecer que o Distrito Federal apresenta características próprias em relação à União, e entender como se dá a dinâmica de poder entre Câmara Legislativa e Governador pode ajudar sobremaneira aos gestores de políticas públicas e tomadores de decisão públicos e privados a melhorarem suas ações e previsões.

## 1.2 PROBLEMA E OBJETIVO

O problema proposto é: *As relações executivo-legislativo no distrito federal na legislatura do Governador Rollemberg (2015-2018) podem ser explicadas por um modelo de governo de coalizão?*

A partir da proposição deste problema, estabelece-se como objetivo geral a resposta à seguinte pergunta: pode-se explicar as relações executivo-legislativo no Distrito Federal durante o governo Rollemberg através de um modelo de governo de coalizão?

De forma a atingir este objetivo geral, foram propostos como objetivos específicos a apresentação de modelos teóricos de interpretação das relações entre executivo e legislativo, a identificação dos mecanismos de que dispõe o governador para aprovar leis que o permita governar, a conceituação de governos de coalizão, a adaptação do modelo de governos de coalizão de Estados para o Distrito Federal, a coleta de dados sobre a composição do governo Rollemberg no Distrito Federal (2015-2018) e a aplicação do modelo aos dados coletados seguido de análise destes dados.

## 1.3 METODOLOGIA

Será realizada uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com apresentação de análises quantitativas e qualitativas. Utilizar-se-á como fontes de pesquisa fontes primárias e fontes secundárias (documentos tais como reportagens, sites, estudos, artigos e documentos legais).

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 MODELOS TEÓRICOS DE INTERPRETAÇÃO DAS RELAÇÕES EXECUTIVO/LEGISLATIVO

#### 2.1.1 A estrutura dos poderes nas unidades subnacionais

O processo de redemocratização brasileiro trouxe à tona uma série de conflitos sociais e econômicos que foram sublimados durante a ditadura militar. A subrepresentação das diversas classes sociais no parlamento e a dificuldade de intermediação dos interesses de grande contingente da população brasileira durante este período marcaram de forma profunda o processo de redemocratização - e em especial a assembleia constituinte de 1987 - o que acabou levando a um arcabouço institucional que premia uma profusão de partidos e interesses.

Ainda que esta diversidade de interesses seja natural a um país tão diverso como o Brasil, o conflito entre interesses antagônicos acaba se imbricando nas relações entre executivo e legislativo. Esse conflito se torna tão definidor da política brasileira que Abranches reconhece tal fato como

elemento historicamente crítico para a estabilidade democrática no Brasil, em grande medida por causa dos efeitos da fragmentação na composição das forças políticas representadas no congresso e da agenda inflacionada de problemas e demandas imposta ao executivo. (ABRANCHES, 1988, p. 8).

A instauração de uma nova ordem libera demandas antes reprimidas, que se somam àquelas já inscritas na pauta decisória, mas inatendidas, produzindo sobrecarga na agenda prática do Estado. (ABRANCHES, 1988, p. 8).

Abranches (1988) define como bases de nossa tradição republicana o presidencialismo, o federalismo, o bicameralismo o multipartidarismo, a representação proporcional e o arranjo político em coligações eleitorais.

Tais características são resultado não de uma engenharia política arbitrária, mas antes uma construção histórica e social negociada entre as diversas forças que compõem nosso sistema político. Neste sentido, carrega em si o caráter de imperfeição (para bem ou para mal), que é trazido pelas decisões negociadas.

Quadro 1 - Sistemas Eleitorais de países selecionados

País	População (milhões - 2017)	Presidencialista/ Parlamentarista	Sistema Eleitoral	Unicameral/ Bicameral	Sistema de votação
Alemanha	80	Parlamentarista	Misto	Unicameral	Correção
Áustria	9	Presidencialista	Proporcional	Bicameral	Proporcional de lista
Austrália	23	Parlamentarista	Majoritário	Bicameral	Voto alternativo
Argentina	44	Presidencialista	Proporcional	Bicameral	Proporcional de lista
Brasil	207	Presidencialista	Proporcional	Bicameral	Proporcional de lista
Chile	17	Presidencialista	Proporcional	Bicameral	Proporcional de lista
EUA	327	Presidencialista	Majoritário	Bicameral	Maioria Simples
França	59	Semipresidencialista	Majoritário	Bicameral	Dois turnos
Hungria	10	Parlamentarista	Misto	Unicameral	Correção
Índia	1281	Parlamentarista	Majoritário	Bicameral	Maioria Simples
Japão	126	Parlamentarista	Misto	Bicameral	Superposição
Noruega	5	Parlamentarista	Proporcional	Unicameral	Proporcional de Lista
Portugal	10	Semipresidencialista	Proporcional	Unicameral	Proporcional de Lista
Reino Unido	65	Parlamentarista	Majoritário	Bicameral	Maioria Simples

Fonte: Adaptado de Nicolau (2004)

A solução institucional que encontramos para a divisão de poderes acaba apresentando características únicas:

1. Preponderância do Executivo, que tem poder para legislar (via medida provisória e através de diversos mecanismos constitucionais que preveem iniciativa de projeto de lei para o chefe do executivo);
2. O executivo pode propor o orçamento;
3. Multipartidarismo exacerbado, com pulverização das cadeiras dos parlamentos em diversos partidos;
4. Dificuldade da formação de maiorias parlamentares por um único partido;
5. Alta grau de proporcionalidade entre votos e eleitos;
6. O partido do presidente eleito não é, necessariamente, o maior partido em

número de parlamentares;

8. A utilização de coligações eleitorais como forma de obtenção de maiorias estáveis;

### **2.1.2 Como a escolha do sistema eleitoral afeta a composição do parlamento brasileiro?**

O sistema eleitoral diz respeito às regras do jogo quando falamos de democracia; essencialmente, diz respeito à forma de como os votos são transformados em cadeiras, o que influencia diretamente no cálculo dos atores políticos, pois os condicionantes impostos pelo sistema impactam no seu desempenho individual e do seu partido. (SANDES FREITAS, 2015, p. 9)

Segundo Rae (1967), um sistema eleitoral possui três componentes: estrutura da cédula, magnitude e fórmula eleitoral. Por conta do escopo deste trabalho, focaremos nos dois últimos componentes.

A magnitude pode ser uninominal (distritos eleitorais em que um membro apenas é escolhido) ou plurinominal (vários candidatos podem vencer naquele distrito). Cabe aqui classificar o distrito eleitoral como unidade básica em uma eleição, sendo definido como a unidade territorial onde os votos são contabilizados para efeito de distribuição de cadeiras para o parlamento (RAE, 1967; NICOLAU, 2004; SANDES FREITAS, 2015).

Quanto à fórmula eleitoral, os sistemas eleitorais podem ser majoritários, proporcionais ou mistos, que seria um tipo intermediário. O tipo-puro de sistema majoritário é aquele em que os votos são dados de modo não proporcional para o partido ou candidato que obteve o maior número de votos. No proporcional, o número de cadeiras conquistadas pelos partidos reflete com maior fidelidade o número de votos recebidos por eles. (SANDES FREITAS, 2015, p. 10)

Nicolau (2004) afirma que há uma relação direta entre sistema proporcional e distritos plurinominais, pois só assim é garantido que haja proporcionalidade entre votos e cadeiras; a utilização de uma fórmula proporcional em distritos uninominais teria funcionamento similar a uma disputa majoritária.

Duverger (1987) aponta que há implicações práticas na adoção destas opções: enquanto sistemas majoritários tendem ao bipartidarismo, sistemas que adotam a representação proporcional tendem a um multipartidarismo - ou seja, induzem a fragmentação partidária.

Uma das características mais marcantes da sociedade brasileira - o presidencialismo - é também um dos vetores mais importantes para a composição do parlamento brasileiro. Enquanto a grande maioria dos regimes liberais-democráticos do pós-guerra adotam um sistema parlamentarista (ABRANCHES, 1988), o sistema presidencialista adotado no Brasil apresenta uma série de características que o tornam um caso único no mundo.

O tradicional é que sistemas proporcionais de representação se associe a sistemas parlamentaristas. Não existe, nas liberais-democracias mais estáveis, um só exemplo de associação entre representação proporcional, multipartidarismo e presidencialismo (ABRANCHES, 1988, p. 19).

Ainda assim, há de se considerar que há eleições majoritárias no país: as eleições para o mandatário do executivo nas três esferas de governo (União, estados e municípios) e para Senador.<sup>2</sup>

Existem duas tendências em modelos como o caso brasileiro: uma tendência à redução do número de candidaturas competitivas (majoritário) e a aquela em que há possibilidade de entrada de múltiplos partidos (sistema proporcional e distritos plurinominais) (SANDES FREITAS, 2015, p. 10) O caso brasileiro é tão peculiar que permite que ambas tendências ocorram simultaneamente. Sandes Freitas cita que

A combinação entre os dois modelos de escolha de representantes leva à diminuição de candidaturas competitivas nos pleitos para o Executivo, o que torna a competição mais controlável para os maiores partidos. Por outro lado, esses pleiteantes precisam estar ancorados nos múltiplos partidos que compõem os cargos proporcionais, passando a ter maior suporte eleitoral. Logo, podem se coligar formalmente na arena eleitoral (coligações eleitorais) e podem construir acordos verticais com outros partidos, quando há eleições no nível nacional e subnacional simultaneamente (coordenação eleitoral) (SANDES FREITAS, 2015).

De qualquer forma, a configuração atual do sistema eleitoral brasileiro tem levado a uma fragmentação partidária e uma profusão de partidos, com potencial

<sup>2</sup> Atualmente há apenas eleições para as cadeiras do Senado Federal. Além disso, há magnitude dos distritos eleitorais superior a 1 de 8 em 8 anos (alterna-se a eleição de uma vaga por estado em uma eleição e duas vagas por estado em outra), o que gera certa proporcionalidade na eleição deste cargo. Ainda assim, constitui-se em caso sui generis, se comportando mais como pertencente a um sistema majoritário do que proporcional.

dificuldade de formação de maiorias, conforme demonstrado pela tabela 1.

Tabela 1 - Evolução da fragmentação partidária na Câmara dos Deputados brasileira (1986-2014)

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Número de partidos	12	19	18	18	19	21	22	28
Maior Bancada	260	108	107	105	91	89	88	70
Partidos para maioria simples	1	4	3	3	4	4	4	5
Fracionamento de Rae	0,647	0,885	0,877	0,860	0,882	0,892	0,904	0,924

Fonte: Miguel e de Assis (2016, p. 33)

### 2.1.3 O processo eleitoral para os poderes executivo e legislativo federais e estaduais/distritais

#### 2.1.4 Por que o poder executivo precisa do poder legislativo para governar?

O poder executivo, para a aprovação orçamentária e de legislação de interesse necessita do apoio do poder legislativo. É comum que o mandatário do executivo use alguns expedientes para garantir este apoio, tal como a distribuição de cargos de alto escalão. Assim o executivo alcança apoio desde partidos e, por conseguinte, a maioria legislativa necessária à implantação da sua agenda (SANDES-FREITAS; MASSONETO, 2012, p. 1–2).

É importante frisar que tal apoio é necessário por conta de uma alta fragmentação partidária, dado que os mecanismos de convencimento intrapartidário são muito mais simples - o parlamentar geralmente vota de acordo com a orientação do líder partidário, salvo em temas-chave que sejam de relevante interesse para sua base eleitoral.

Esta dinâmica tipicamente brasileira leva o nome de "Governos de Coalizão", definição criada por Limongi (2006) para caracterizar aquelas situações onde partidos e governos firmam um acordo que envolve troca de cargos por parte dos aliados e a conquista da maioria legislativa por parte do chefe do Executivo. Sandes-Freitas complementa esta definição, ao afirmar que as recompensas ministeriais seriam proporcionais ao tamanho legislativo do partido no Legislativo. (SANDES FREITAS, 2015 pp. 15-16)

O sistema eleitoral brasileiro acaba por potencializar essa dinâmica, pois funciona como um grande incentivo a candidaturas próprias dos partidos, ainda que



seus candidatos não possuam chances reais de se eleger. Como a eleição para os cargos do executivo nas localidades mais expressivas são realizadas em dois turnos, é comum que os derrotados no primeiro turno cobrem um preço dentro das coligações para apoiar os candidatos que vão para o segundo turno.

E, dada as consequências do não cumprimento das promessas pelo vencedor do pleito, é praxe que os acordos sejam levados a cabo. Sem fazer e cumprir acordos que levarão à obtenção do apoio da maioria legislativa, “presidentes, simplesmente, não governam” (LIMONGI, 2006, 245).

### **2.1.5 O modelo *office-seeking motivation* de interpretação das relações entre o legislativo e o executivo**

Vemos a formação de gabinetes como essencial para a construção das coalizões partidárias que asseguram a governabilidade dos sistemas presidencialistas.

Sandes Freitas e Massoneto define essa dinâmica como

(...)presidentes negociando com partidos e distribuindo pastas do gabinete, seja por recompensa ao apoio recebido nas eleições presidenciais, para obtenção de uma maioria parlamentar, ou pela necessidade de se chegar a acordos restaurativos entre os partidos que proporcionassem garantias de participação no governo. (SANDES-FREITAS; MASSONETO, 2012, p. 3–4)

De forma a participar das coalizões, haveriam duas formas de inserção: as coligações e as alianças eleitorais.

As coligações seriam formadas quando há o apoio formal de outros partidos, definindo previamente as relações de poder e, conseqüentemente, as expectativas para o caso de vitória.

Já os partidos que participam das alianças buscam garantir apoio para suas candidaturas (quando em uma mesma eleição há mais um cargo em disputa, como no caso das eleições nacionais brasileiras) e também obter cargos na administração pública no momento posterior às eleições. (SANDES FREITAS, 2015, p. 13) É o cenário ideal para que pequenas agremiações políticas possam influenciar e participar da distribuição de cargos e de poder pelo vencedor das eleições.

Deheza (1995) demonstrou que a formação de governos de coalizão nas

democracias presidencialistas da América Latina depende tanto dos acordos pós-eleitorais (estabelecidos entre o chefe do Executivo e os partidos na arena governamental) quanto dos acordos pré-eleitorais. (SANDES FREITAS, 2015)

É interessante notar que esse modelo parte do pressuposto de que a motivação dos atores é na participação do governo através de ocupação de cargos no executivo - modelo conhecido como *office-seeking motivation*. Segundo Wolinetz (2002) Os partidos estariam interessados, primariamente, em assegurar o acesso a cargos, inserindo seus líderes no governo e, por consequência, desfrutando dos recursos de patronagem.

## 2.2 GOVERNOS DE COALIZÃO

### 2.2.1 Conceito de governo de coalizão

Figueiredo e Limongi definem os Governos de coalizão como processo do legislativo centralizado sob coordenação do executivo, em parceria com partidos políticos aliados mediante pastas recebidas do Executivo, e que organizam as preferências de parlamentares disciplinados em plenário (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999).

O presidente, em cenários políticos muito fragmentados, se vê forçado a construir coalizões pluripartidárias de forma a assegurar uma maioria parlamentar que lhe permita governar – ou seja, aprovar sua agenda governamental e evitar ações que paralisem ou divirjam da agenda oficial.

Sandes Freitas e Massoneto (2012) defendem que nos sistemas presidencialistas ainda que os chefes do Executivo possuam maior liberdade para a nomeação do gabinete devido às prerrogativas constitucionais que lhes são atribuídas, o multipartidarismo e a alta fragmentação partidária acabam gerando um número muito elevado de atores com os quais os presidentes têm de lidar para aprovar a agenda do governo. Assim, tendem a assumir compromissos com os partidos detentores de representação parlamentar de forma a garantir maioria legislativa.

Nesse sentido, gabinetes majoritários seriam desejáveis e mais estáveis, mas menos prováveis se o partido presidencial for pequeno (AMORIM NETO, 2007),

ainda mais dado o cenário político brasileiro, onde o maior partido raras vezes ocupa 30% das cadeiras - no espectro federal, sequer chegou a 15% das cadeiras na câmara dos deputados nas eleições de 2018.

Sistemas eleitorais cujo cargo mais relevante em disputa é de chefe do executivo costumam contar com uma disputa coordenada pelos partidos com maior potencial competitivo. Em torno deles, partidos aliados nos estados, tanto formalmente quanto informalmente, dão suporte político nos distritos eleitorais onde ocorrem os pleitos estaduais. (SANDES-FREITAS, 2015, p. 11)

Sandes Freitas defende que

a formação de governos depende, no primeiro momento, do chefe de Estado eleito e de sua proposta de distribuição de cargos, que visa a cumprir acordos estabelecidos com aliados. No segundo momento, o gabinete a ser formado, assim como a proporcionalidade das pastas distribuídas a cada partido, precisa ser aprovado pelos participantes da coalizão. Ao longo do tempo, a dinâmica de forças estabelecida entre os partidos pode mudar, e novos acordos podem ser feitos visando à manutenção da coalizão. (SANDES FREITAS, 2015, p. 19)

Segundo Abranches (1988) a construção da coalizão passaria por três momentos distintos. O primeiro momento seria a composição de coligações, no momento eleitoral. O segundo passo seria a disputa por cargos e o estabelecimento de compromissos relativos a um programa mínimo de governo na arena governamental. O terceiro e último seria a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, na qual governos e aliados irão negociar a formulação e implementação de políticas.

### **2.2.2 Aplicabilidade de modelos de governo de coalizão para as unidades subnacionais**

Apesar de considerarmos que haja uma certa equivalência entre os poderes executivos estaduais e o federal, há de se entender que os chefes dos executivos estaduais possuem mecanismos exclusivos para garantir a supremacia do Executivo sobre o Legislativo. Tais mecanismos decorrem da regionalização das nomeações e da dinâmica Executivo-Legislativo estadual.

O quesito regionalização das nomeações é um dos mais difíceis de se mensurar dada a dificuldade de se vincular nomes, secretarias, regiões e municípios específicos dos estados. Por isso, a dimensão partidária – variável decisiva na

formação das coalizões no nível federal – é ainda mais importante quando se analisam os casos subnacionais. (SANDES FREITAS, 2015, p. 54)

O segundo mecanismo, relativo à Executivo-Legislativo estadual, acentua a diferença da dinâmica estadual quando comparada a nacional. Parte-se do pressuposto que as forças locais não reproduzem de forma perfeita a dinâmica nacional, podendo produzir alianças e coligações distintas - e até antagônicas - às realizadas na esfera federal. Haveria o questionamento se há, assim como na esfera federal, há formação de coalizões governativas mediante distribuição das pastas das secretarias aos partidos nos governos estaduais brasileiros. (SANDES FREITAS, 2015, p. 54)

Souza (2003) defende que há uma maior preponderância do poder executivo no âmbito estadual.

Abrucio explica que os amplos poderes de agenda, além dos recursos orçamentários e políticos a seu dispor, frente a Assembleias Legislativas frágeis, possibilitam um cenário bastante favorável para os governadores. Nos estados, a fragilidade das Assembleias frente ao Executivo reside em grande parte nos limites quanto à adoção de políticas próprias. O Legislativo estadual possui pouca autonomia quanto o poder de legislar sobre questões básicas, como: energia elétrica, trânsito, tráfico, minas, recursos minerais e educação. Dependem, então, da legislação federal (SOUZA, 2003, p. 170).

Assim, vejo que há diferenças entre o "presidencialismo de coalizão" e o governo (estadual) de coalizão.

### **2.2.3 Diferenças entre União, Estados e Distrito Federal**

Apesar de, em princípio, haver uma equivalência entre as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), as diferenças entre os entes acabam sendo determinantes. Há preponderância legislativa federal, enquanto o governo estadual tem competência legislativa residual. Além disso, enquanto no âmbito federal há duas casas legislativas para se contrapor ao executivo, o estado conta com apenas uma casa.

Abrucio (1998) destaca que houve mudanças significativas na dinâmica de poder entre a esfera legislativa e executiva, tanto na união quanto nos estados. O legislativo ganhou mais poderes para tomar decisões e para fiscalizar o executivo. Contudo, as mudanças acabaram concentradas no nível federal. Os estados

acabaram concentrando poder no executivo, o que Abrucio definiu como "ultrapresidencialismo estadual".

A esse fenômeno Abrucio atribuiu as seguintes características, a partir de observação realizada entre o o período de 1991-1994: o governador é o principal agente em todas as etapas do processo de governo, relegando a Assembleia Legislativa a um plano secundário; os mecanismos de controle do Poder Público são pouco efetivos, tornando "o sistema político estadual um presidencialismo sem check and balances" (ABRUCIO, 1998, p. 87).

O "ultrapresidencialismo estadual" seria ainda marcado pelo inchaço na máquina pública e politização no preenchimento dos cargos públicos que se transformariam em "regras básicas de funcionamento da burocracia estadual" (ABRUCIO, 1998, p. 128)

### 3 DESENVOLVIMENTO

#### 3.1 MODELAGEM DA PESQUISA

##### 3.1.1 Apresentação do modelo utilizado na pesquisa

Trabalharei as seguintes hipóteses :

1) O chefe do Executivo usa as pastas dos gabinetes em troca da aprovação de projetos de lei; para esse fim, ele nomeia um gabinete majoritário, seleciona mais ocupantes partidários para as pastas e as distribui as pastas aos partidos em uma base proporcional ao peso Legislativo destes últimos no Parlamento;

2) O governador Rollemberg recompensou os partidos participantes na coligação eleitoral, distribuindo cargos no gabinete.

Será realizado um levantamento do perfil partidário do gabinete formado pelo governador Rodrigo Rollemberg, checando se: a) a distribuição das secretarias para formação das coalizões guarda correlação com a distribuição de cadeiras na Câmara Legislativa; b) se o gabinete formado pelo governador garante maioria legislativa, ou seja, são majoritários ou minoritários; c) se os critérios que predominaram na seleção dos secretários são majoritariamente partidários; e d) se as coligações têm poder explicativo quanto ao processo de formação de governos, ou seja, se o governador recompensou os partidos coligados com cargos no gabinete.

A definição de *Gabinete*, para fins desta pesquisa, se traduz em quatro tipos de cargos, configurados da seguinte forma:

- 28 Secretarias de Estado
- 11 Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista
- 9 Autarquias
- 31 Administrações Regionais

Nesse sentido, cabe informar que as administrações regionais fazem parte de

uma característica muito específica do Distrito Federal, por este não comportar nenhum município em sua composição. As administrações regionais funcionam como uma subprefeitura, porém sem autonomia orçamentária ou financeira e sem eleições para seus administradores, que são indicados pelo governador.

### 3.2 APRESENTAÇÃO DOS AGRUPADOS DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

A eleição de 2014 do governador Rodrigo Rollemberg, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), se deu em uma chapa encabeçada pelos partidos PSB, Solidariedade, Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Social Democrático (PSD). Concorreu com ele em segundo turno a chapa formada por Jofran Frejat e Flávia Arruda, para os cargos de governador e vice, respectivamente, pertencendo ambos ao Partido da República (PR). Participaram desta chapa ainda o Democratas (DEM), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido da Mobilização Nacional (PMN) e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB).

É interessante notar que a coligação vencedora da disputa para o governo do Distrito Federal difere parcialmente das coligações inscritas para as disputas de deputado distrital. Os quadros 02 e 03 apresentam as coligações para deputados distritais e o resultado final com a distribuição das cadeiras para a posse em janeiro de 2015 e as coligações para deputados federais e o resultado do pleito já com a distribuição inicial das cadeiras por partidos no DF em janeiro de 2015.

Quadro 2 - Coligações Deputado Distrital - Eleição de 2014/DF (continua)

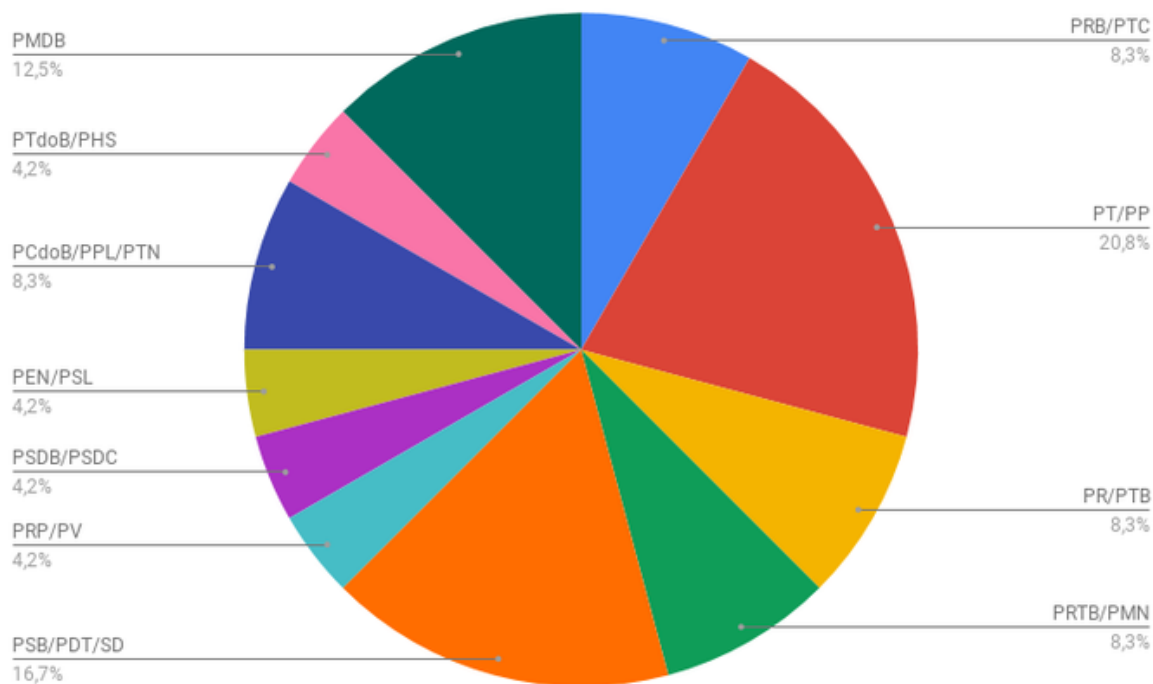
Coligação	Cadeiras Obtidas
PRB/PTC	2
PT/PP	5
PSC/PROS	0
PR/PTB	2
PRTB/PMN	2
PSB/PDT/SD	4
PRP/PV	1
PSDB/PSDC	1
PEN/PSL	1

Quadro 2 - Coligações Deputado Distrital - Eleição de 2014/DF (conclusão)

Coligação	Cadeiras Obtidas
PCdoB/PPL/PTN	2
PTdoB/PHS	1
PMDB	3
PSTU	0
PCB	0
PPS	0
DEM	0
PCO	0
PSOL	0
PSD	0

Fonte: O autor (2019)

Figura 1 - Distribuição das cadeiras da CLDF por coligações - Janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

Quadro 3 - Os 24 Deputados Distritais eleitos na eleição de 2014 (continua)

Coligação	Partido	Nome



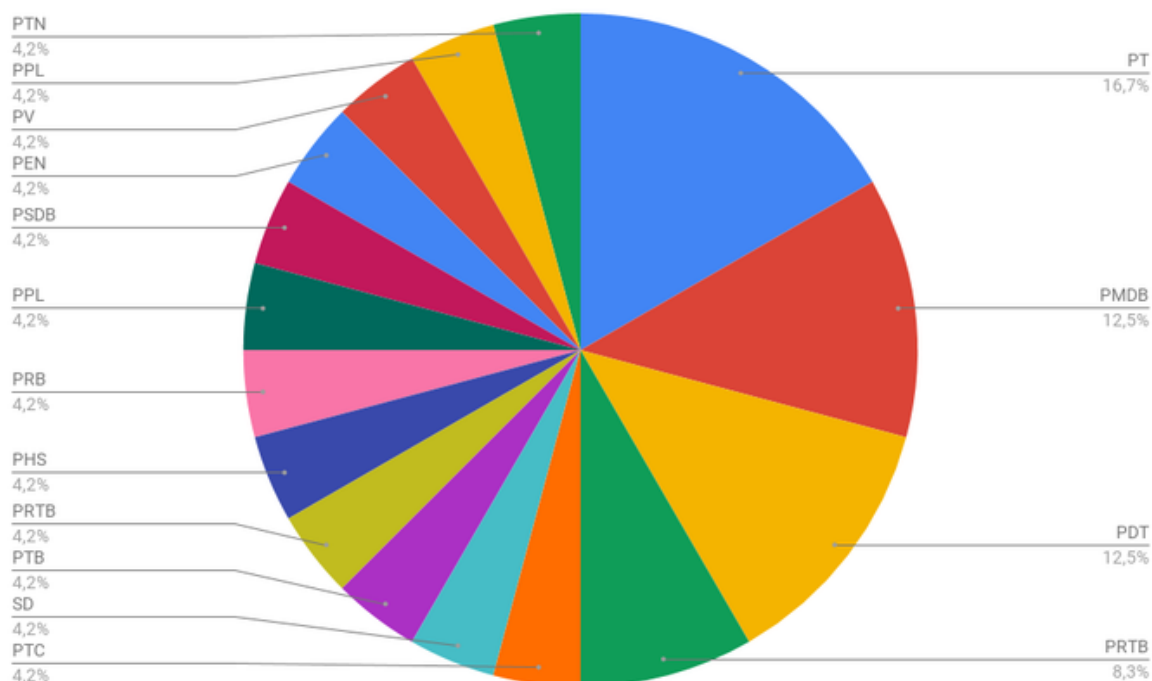
Quadro 3 - Os 24 Deputados Distritais eleitos na eleição de 2014 (conclusão)

Coligação	Partido	Nome
PRB/PTC	PRB	<b>Julio Cesar</b> Ribeiro
PRB/PTC	PTC	<b>Agaciel</b> da Silva <b>Maia</b>
PT/PP	PP	Marcio Michel Alves de Oliveira - <b>Dr. Michel</b>
PT/PP	PT	<b>Wasny Nakle de Roue</b>
PT/PP	PT	Francisco Domingos dos Santos - <b>Chico Vigilante</b>
PT/PP	PT	Francisco Leite de Oliveira - <b>Chico Leite</b>
PT/PP	PT	<b>Ricardo Vale</b> da Silva
PR/PTB	PTB	<b>Christiano</b> Nogueira <b>Araujo</b>
PR/PTB	PR	Renato Andrade dos Santos - <b>Bispo Renato</b>
PRTB/PMN	PRTB	<b>Liliane</b> Maria <b>Roriz</b>
PRTB/PMN	PRTB	Juarez Carlos de Lima Oliveira - <b>Juarezão</b>
PSB/PDT/SD	PDT	<b>Joe</b> Carlo Vianna <b>Valle</b>
PSB/PDT/SD	SD	<b>Sandra</b> Faraj Cavalcante
PSB/PDT/SD	PDT	<b>Celina</b> Leão Hizim Ferreira
PSB/PDT/SD	PDT	Reginaldo Veras Coelho - <b>Prof. Reginaldo Veras</b>
PV	PV	Israel Matos Batista - <b>Prof. Israel</b>
PSDB/PSDC	PSDB	<b>Raimundo</b> da Silva <b>Ribeiro</b> Neto
PEN/PSL	PEN	<b>Luzia</b> de Lourdes Moreira <b>de Paula</b>
PCdoB/PPL/PTN	PTN	<b>Rodrigo</b> Germano <b>Delmasso</b> Martins
PCdoB/PPL/PTN	PPL	<b>Telma</b> Rufino Alves
PTdoB/PHS	PHS	Ivonildo Antonio <b>Lira</b> de Medeiros da Silva
PMDB	PMDB	<b>Robério</b> Dandeira de <b>Negreiros</b> Filho
PMDB	PMDB	<b>Rafael</b> Cavalcanti <b>Prudente</b>
PMDB	PMDB	<b>Wellington</b> Luiz de Souza Silva

Fonte: O autor (2019)

De forma discriminada por partidos temos o PT com 4 deputados distritais; PMDB e PDT, com 3, PRTB com 2; e PTC, SD, PTB,PR,PHS, PRB, PPL,PSDB, PEN, PV, PP, e PTN com 1.

Figura 2 - Distribuição das cadeiras da CLDF por partidos - Janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

A seguir, os dados sobre a formação do governo Rodrigo Rollemberg quando da primeira distribuição das pastas de seu gabinete. Ressalta-se a "primeira" por entender que o governo se organiza dinamicamente ao reagir a pressões e crises; ainda assim monitorar todas as alterações posteriores tornaria a pesquisa inviável metodologicamente.

Quadro 4 - Composição do primeiro escalão (secretarias) do GDF - Governo Rollemberg - Jan/2015

(continua)

Órgão	Titular	Partido
Meio Ambiente	ANDRÉ RODOLFO DE LIMA	PDT
Economia e Desenvolvimento Sustentável	ARTHUR BERNARDES DE MIRANDA	PSD
Segurança Pública e Paz Social	ARTHUR TRINDADE MARANHÃO COSTA	
Mobilidade	CARLOS HENRIQUE RUBENS TOMÉ SILVA	PSB
Casa Militar	CLAUDIO RIBAS DE SOUSA	
Controladoria Geral	DJACYR CAVALCANTI DE ARRUDA FILHO	
Trabalho e do empreendedorismo	GEORGES MICHEL SOBRINHO	PDT
Casa Civil	HÉLIO MARCOS PRATES DOYLE	PSD

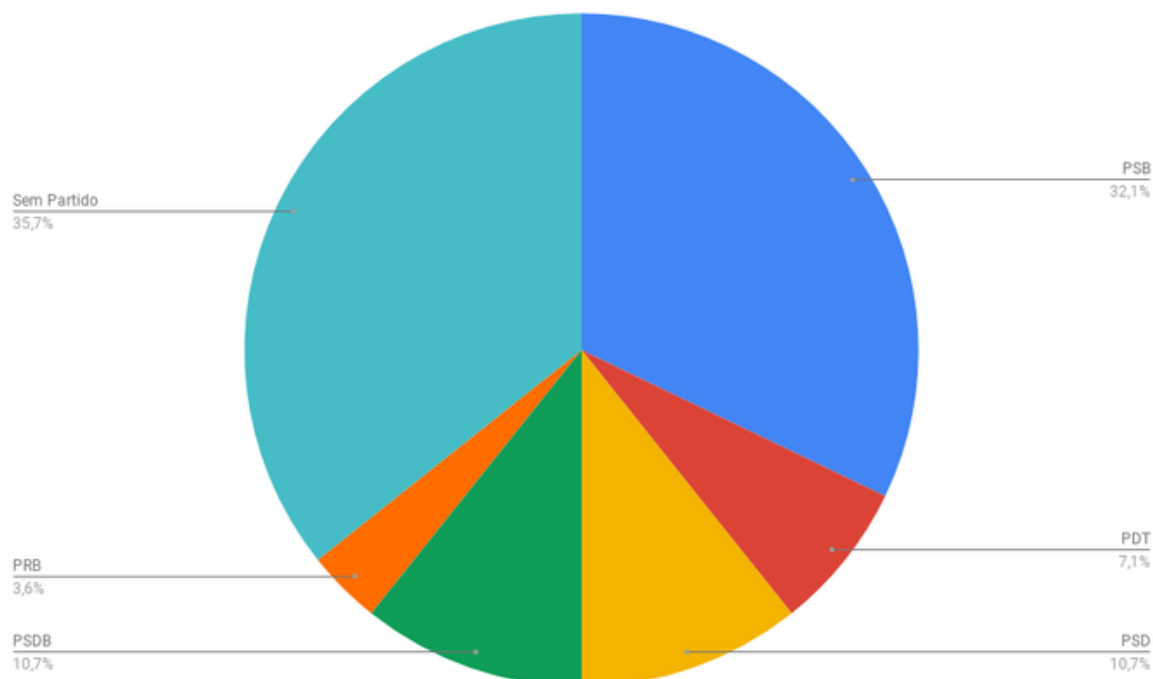
Quadro 4 - Composição do primeiro escalão (secretarias) do GDF - Governo Rollemberg - Jan/2015

(conclusão)

<b>Órgão</b>	<b>Titular</b>	<b>Partido</b>
Turismo	JAIME DE ARAÚJO GÓES RECENA GRASSI	PSB
Política para Crianças, Adolescentes e Juventude	JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS	
Saúde	JOÃO BATISTA DE SOUSA	
Justiça e Cidadania	JOÃO CARLOS SOUTO	
Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL	PSB
Infraestrutura e Serviços Públicos	JULIO CESAR PERES	PSDB
Educação	JÚLIO GREGÓRIO FILHO	PSDB
Planejamento, Orçamento e Gestão	LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS	PSB
Esporte e Lazer	LEILA GOMES DE BARROS RÊGO	PRB
Fazenda	LEONARDO MAURÍCIO COLOMBINI LIMA	
Cultura	LUIS GUILHERME ALMEIDA REIS	PSDB
Relações Institucionais e Sociais	MARCOS DE ALENCAR DANTAS	PSB
Desenvolvimento Humano e Social	MARCOS RIBEIRO COELHO	PSB
Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos	MARISE RIBEIRO NOGUEIRA GUEBEL	
Ciência, Tecnologia, Inovação	PAULO SERGIO BRETAS DE ALMEIDA SALLES	PSB
Gestão Administrativa e Desburocratização	PAULO VOGEL DE MEDEIROS	
Vice-Governador	RENATO SANTANA DA SILVA	PSD
Governador	RODRIGO ROLLEMBERG	PSB
Chefe de Gabinete	RÔMULO MILHOMEM FREITAS FIGUEIRA NEVES	PSB
Gestão do Território e Habitação	THIAGO TEIXEIRA DE ANDRADE	

Fonte: O autor (2019)

Figura 3 - Distribuição das Secretarias do GDF - Partidos - Janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

Vemos 9 pastas alocadas ao PSB, contando com o chefe do executivo. Isso corresponde a 32,15% das secretarias de estado alocadas ao partido do Governador.

Quanto aos partidos coligados na chapa vencedora, PDT e PSD tiveram 2 e 3 secretarias atribuídas, respectivamente. O Solidariedade não recebeu nenhuma pasta. Isso equivale a 17,85% das pastas atribuídas a partidos aliados oficialmente na campanha pré-eleitoral. Temos assim que 50% das pastas foram atribuídas àqueles que se comprometeram oficialmente desde o começo da campanha para governador.

Apenas outros dois partidos compuseram as secretarias: PSDB, com 3 pastas; e PRB, com uma.

Quadro 5 - Presidência das Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista do DF - jan/2015

(continua)

Empresa Pública	Titular	Partido
Banco de Brasília	VASCO CUNHA GONÇALVES	
CAESB	MAURÍCIO LEITE LUDUVICE	
CEB	FRANCISCO AURÉLIO SAMPAIO SANTIAGO	
CODEPLAN	LUCIO REMUZAT RENNO JUNIOR	

Quadro 5 - Presidência das Empresas Públicas/Sociedades de Economia Mista do DF - jan/2015

(conclusão)

<b>Empresa Pública</b>	<b>Titular</b>	<b>Partido</b>
EMATER	ARGILEU MARTINS DA SILVA	
Novacap	HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA	PSOL
Terracap	ALEXANDRE NAVARRO GARCIA	PSB
TCB	JEAN MARCEL FERNANDES	PSB
Metrô-DF	MARCELO DOURADO	PSB
CODHAB	GILSON PARANHOS	
CEASA	RENATO DE DIAS LIMA	

Fonte: O autor (2019)

Relativo às presidências das empresas públicas do GDF e sociedades de economia mista em que o governo seja maior acionista, o governador priorizou quadros técnicos à quadros políticos. Apenas 4 das 11 presidências ocorreram por indicação política, sendo 3 atribuídas ao PSB e 1 ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Quadro 6 - Presidentes/Diretores-Gerais de Autarquias do GDF - jan/2015

<b>Orgão</b>	<b>Titular</b>	<b>Partido</b>
ADASA	VINICIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES (SE MANTEVE)	
AGEFIS	BRUNA MARIA PERES PINHEIRO DA SILVA	
Brasília Ambiental	JANE MARIA VILAS BÔAS	
DER	HENRIQUE LEITE LUDUVICE	
DETRAN	ANTÔNIO FÚCIO DE MENDONÇA NETO	PSB
DFTRANS	CLÓVIS ANTÔNIO BARBARÁ JACOB	
IPREV DF	ROBERTO MOISÉS DOS SANTOS	
PROCON	PAULO MARCIO SAMPAIO	PSDB
SLU	ELIANA KÁTIA	

Fonte: O autor (2019)

A determinação dos nomes para a chefia das autarquias foi fortemente marcada pelo desvínculo político-partidário de seus membros. Dos nove postos, apenas dois integravam oficialmente algum partido: O chefe do DETRAN, Antônio Fúcio, do PSB, e presidente do PROCON Paulo Márcio Sampaio, filiado ao PSDB.

Quadro 7 - Administradores Regionais DF - jan/2015 (continua)

<b>Orgão</b>	<b>Titular</b>	<b>Partido</b>

Quadro 7 - Administradores Regionais DF - jan/2015 (continuação)

<b>Orgão</b>	<b>Titular</b>	<b>Partido</b>
Candangolândia	1º SGT QBMG2 ROOSVELT VILELA PIRES	PSB
Núcleo Bandeirante	1º SGT QBMG2 ROOSVELT VILELA PIRES	PSB
Park Way	1º SGT QBMG2 ROOSVELT VILELA PIRES	PSB
Lago Sul	ALDEMIR CHAVES PARAGUASSÚ	-
Jardim Botânico	ALDEMIR CHAVES PARAGUASSÚ	-
Brazlândia	ANDRÉ LUÍS QUEIROZ ROSA	-
Samambaia	CLAUDECI XAVIER DE MIRANDA	PRB
Sobradinho	DIVINO DE OLIVEIRA SALES	PSDB
Itapoã	EDUARDO RODRIGUES DA SILVA*	PSB
Paranoá	EDUARDO RODRIGUES DA SILVA*	PSB
Sobradinho II	ESTEVÃO SOUZA DOS REIS	PDT
Fercal	ESTEVÃO SOUZA DOS REIS	PDT
Setor Complementar de Industria e Abastecimento	EVANILDO DA SILVA MACEDO SANTOS*	PSB
Recanto das Emas	FABIO VIANA ÁVILA	-
Riacho Fundo II	FRANCISCO VICEMÁ MEDEIROS	-
Plano Piloto	IGOR DANIN TOKARSKI	PSB
Riacho Fundo I	IRANY DOMINGOS GOMES	-
São Sebastião	JEAN DUARTE DE CARVALHO	-
Guará	JOSÉ EDBERTO DA SILVA*	PSB
Setor de Indústria e Abastecimento	JOSÉ EDBERTO DA SILVA	PSB
Lago Norte	MARCOS FENTERSEIFER WOORTMAN	PSB
Varjão	MARCOS FENTERSEIFER WOORTMAN	PSB
Gama	MARIA ANTÔNIA RODRIGUES MAGALHÃES	SOLIDARIEDADE
Vicente Pires	MARIA CELESTE REGO LIPORONI	-
Santa Maria	NERY MOREIRA DA SILVA	PDT
Águas Claras	PATRÍCIA VEIGA FLEURY DE MATOS	-
Sudoeste/Octogonal	PAULO HENRIQUE RAMOS FEITOSA	PSB

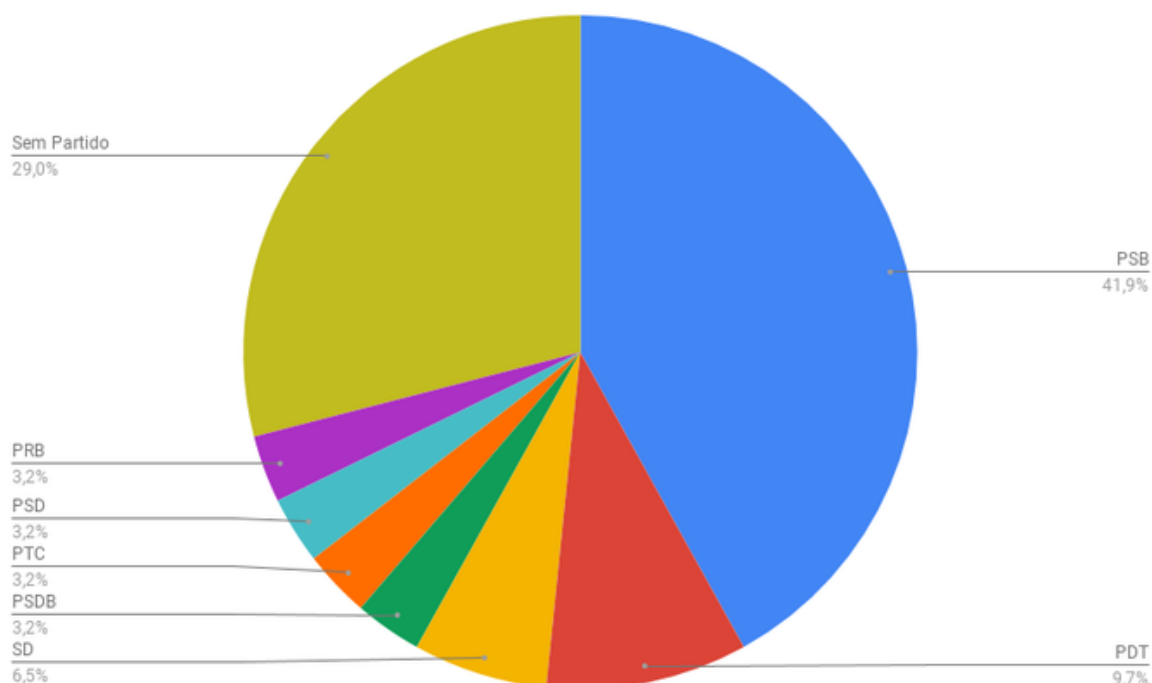
Quadro 7 - Administradores Regionais DF - jan/2015 (conclusão)

Orgão	Titular	Partido
Cruzeiro	PAULO HENRIQUE RAMOS FEITOSA	PSB
Ceilândia	RENATO SANTANA DA SILVA	PSD
Taguatinga	RICARDO LUSTOSA JACOBINA	SOLIDARIEDADE
Planaltina	VICENTE SALGUEIRO BANO SALGADO	PTC

Fonte: O autor (2019)

Quanto às administrações regionais, apresenta-se a maior presença de quadros políticos. Das 31 administrações, apenas 9 (29%) não foram alocadas a titulares com vínculo partidário. A composição contou com quadros do PDT (3 administrações), Partido Republicano Brasileiro/PRB (1 administração), PSB (13 administrações), PSD (1 administração), PSDB (1 administração), Partido Trabalhista Cristão/PTC (1 administração) e Solidariedade (2 administrações).

Figura 4 - Distribuição das Administrações Regionais do GDF - Partidos - Janeiro/2015

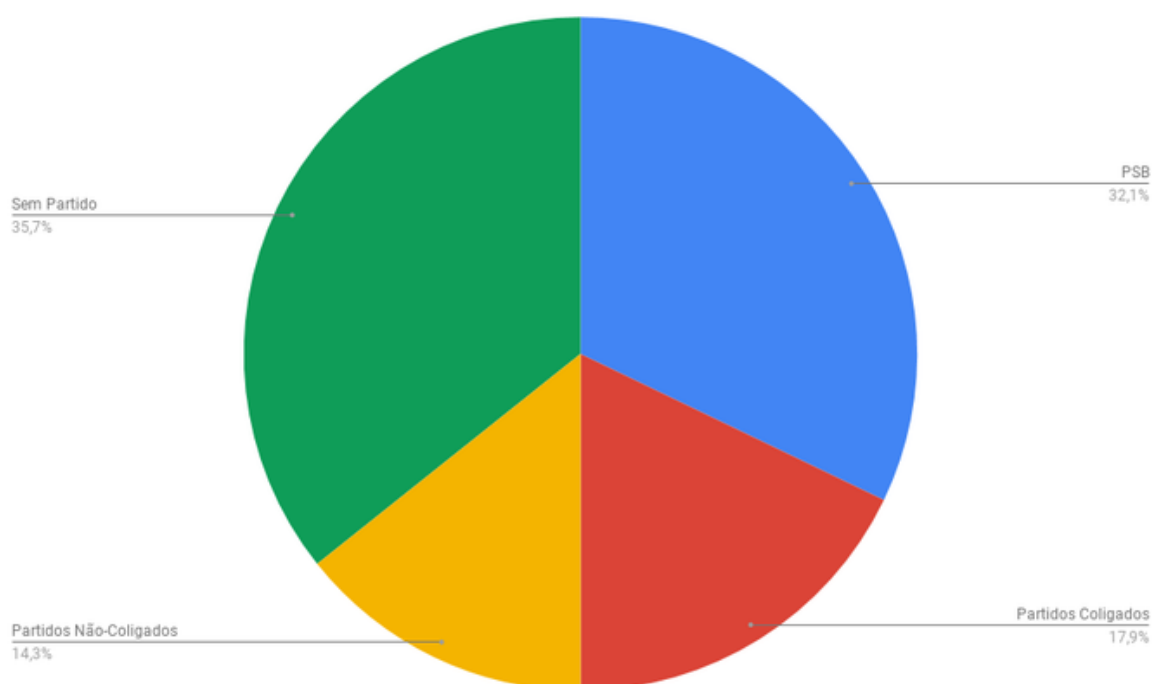


Fonte: O autor (2019)

### 3.3 ANÁLISE DA FORMAÇÃO DE GABINETE DO GOVERNO RODRIGO ROLLEMBERG (2015).

O gabinete do governador Rolemberg, se consideramos apenas as 28 secretarias, é formado em grande parte por membros do partido do governador - 32,5%, com 50% dos cargos sendo preenchidos de forma apartidária.

Gráfico 1 - Distribuição das Secretarias do GDF - Coligação - Janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

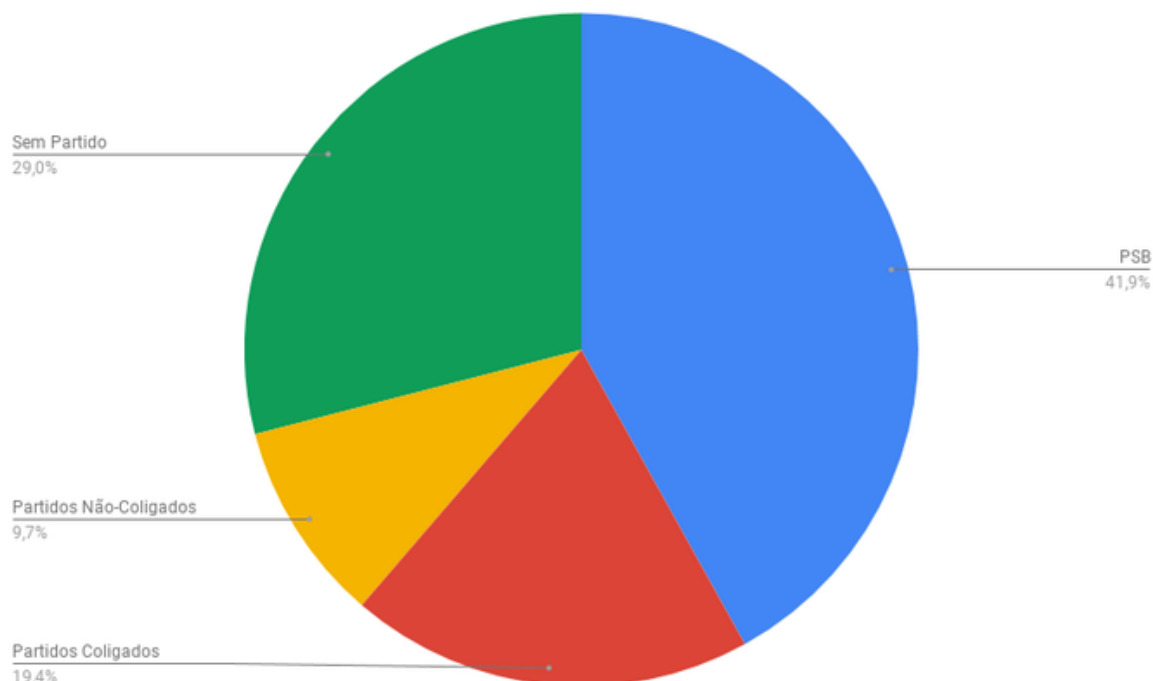
Quando analisamos as 11 empresas públicas do GDF, o padrão se repete. Há a predominância de quadros apartidários (7 diretores/presidentes), além de 3 presidentes do PSB e apenas um presidente de outro partido (PSOL).

As autarquias apresentaram perfis ainda mais apartidários: de 9 autarquias, a direção/presidência de apenas 2 foram lotadas com pessoal de vínculo partidário: o DETRAN, com Antônio Fúcio, do PSB, e o PROCON, com Paulo Márcio, do PSDB.

Porém, para a distribuição do cargo de administrador regional vemos que há uma forte presença partidária:



Figura 5 - Distribuição das Administrações do GDF - Coligação - Janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

Ressalta-se novamente a especificidade do Distrito Federal, não encontrada em nenhum outro ente da federação. Como o Distrito Federal acumula as competências de Município e Estado, não é subdividido em municípios, mas sim em regiões administrativas. Estas 31 regiões têm função similar à de prefeitura, porém sem autonomia orçamentária e com a escolha de seus administradores via indicação política, de competência do governador. Dada a forte vinculação da atuação das administrações à comunidade que representa, é um espaço muito disputado pelas lideranças partidárias locais.

A distribuição das secretarias não apresenta correlação significativa com a participação dos partidos coligados na composição da Câmara Legislativa do DF (coeficiente  $r$  de *Pearson* de -0,14) - diferentemente da distribuição do comando das administrações regionais que apresenta uma forte correlação ( $r$  de *pearson* de 0,98), com a composição da câmara.

Tabela 2 - Correlação entre presença de partidos coligados na Câmara Legislativa e concessão de cadeiras no gabinete do GDF - Jan/2015 (continua)

Partido	Câmara Legislativa	Adm. Regionais	Secretarias
PDT	12,50%	9,68%	7,14%

Tabela 2 - Correlação entre presença de partidos coligados na Câmara Legislativa e concessão de cadeiras no gabinete do GDF - Jan/2015 (conclusão)

<b>Partido</b>	<b>Câmara Legislativa</b>	<b>Adm. Regionais</b>	<b>Secretarias</b>
SD	4,17%	6,45%	0,00%
PSD	0,00%	3,23%	10,71%
Total	16,67%	19,35%	17,86%
Correlação com a presença na CLDF	-	0,98	-0,14

Fonte: O autor (2019)

Quando incluímos os partidos que formam a coalizão do governo pós-eleição, ainda assim temos resultados semelhantes, com  $r$  de  $-0,07$  considerando a distribuição das pastas das secretarias e  $r$  de  $0,85$  quando considerada a distribuição das administrações regionais. Isto indica que a nomeação das administrações regionais guardou forte proporcionalidade com a presença do partido na câmara legislativa, e que a indicação para as secretarias levou em consideração outros fatores - ainda que os totais de cargos disponibilizados para os partidos aliados nas secretarias e administrações sejam muito próximos do total de cadeiras ocupadas por eles na câmara legislativa.

Tabela 3 - Correlação entre presença de partidos da coalizão governamental na Câmara Legislativa e concessão de cadeiras no gabinete do GDF - Jan/2015

<b>Partido</b>	<b>Câmara Legislativa</b>	<b>Adm. Regionais</b>	<b>Secretarias</b>
PDT	12,50%	9,68%	7,14%
PTC	4,17%	3,23%	0,00%
SD	4,17%	6,45%	0,00%
PRB	4,17%	3,23%	3,57%
PSDB	4,17%	3,23%	10,71%
PSD	0,00%	3,23%	10,71%
Total	29,17%	29,03%	32,14%
Correlação com a presença na CLDF	-	0,85	-0,07

Fonte: O autor (2019)

O governador selecionou para a composição de seu gabinete mais ocupantes partidários (membros do PSB) do que membros de outros partidos individualmente, conforme quadro a seguir.

Tabela 4 - Distribuição de pastas - PSB x Outros Partidos - janeiro/2015

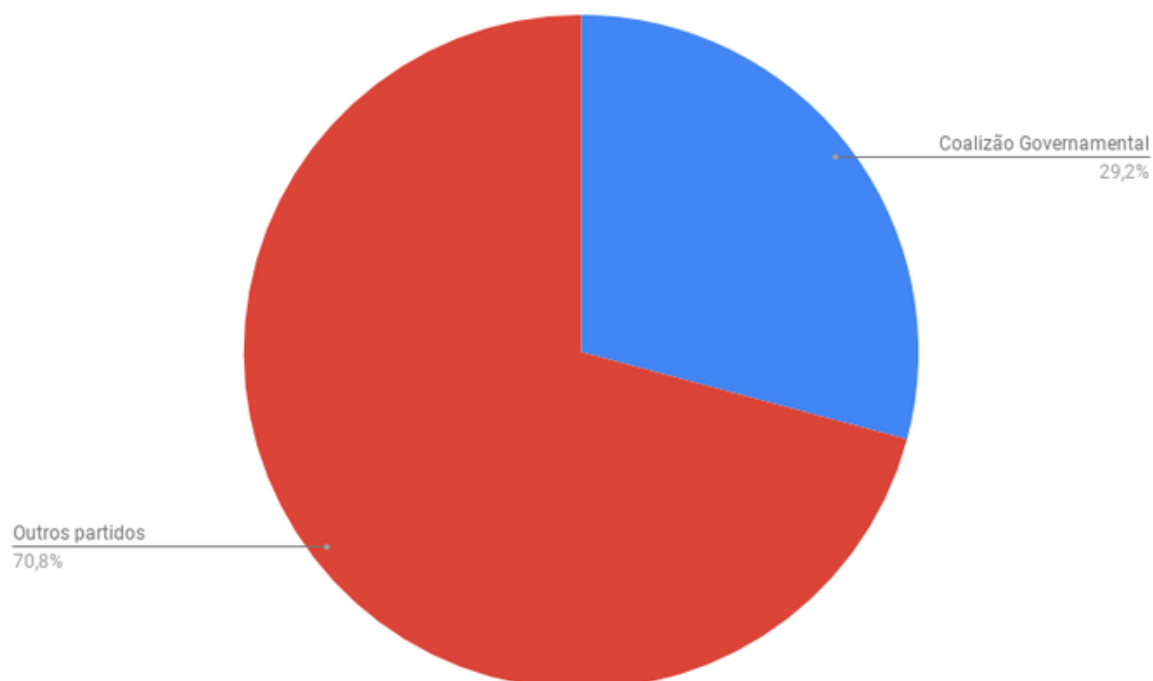
	<b>Qtde Secretarias</b>	<b>% Secretarias</b>	<b>Qtde Adm. Reg.</b>	<b>% Adm. Reg.</b>	<b>Qtde Emp. Pub.</b>	<b>% Emp. Pub.</b>	<b>Qtde Autarq.</b>	<b>% Autarq.</b>
PSB	9	32,1%	13	41,9%	3	27,3%	1	11,1%
Outros Partidos	9	32,1%	9	19,4%	1	9,1%	1	11,1%
Sem Partido	10	35,7%	9	29,0%	7	63,6%	7	77,8%
Total	28	100%	31	100%	11	100%	9	100%

Fonte: O autor (2019)

A escolha dos cargos para o comando das secretarias, em sua maioria, tem orientação partidária: 64,29% dos nomeados tem filiação partidária, dentre os quais a maioria do partido do governador (PSB). Ainda assim, há de se reconhecer uma grande quantidade de indicações apartidárias/técnicas (35,71%), fenômeno ainda mais acentuado quando analisamos a escolha para direção/presidência das empresas públicas(63,6%) e autarquias (77,8%). A escolha dos administradores é, por sua vez, marcada por uma presença mais forte da questão partidária: apenas 29% dos administradores regionais não tinham partido em janeiro de 2015. Dos que tinham, 41,9% eram do PSB, mostrando mais uma vez a forte presença do partido do governador na distribuição de cargos.

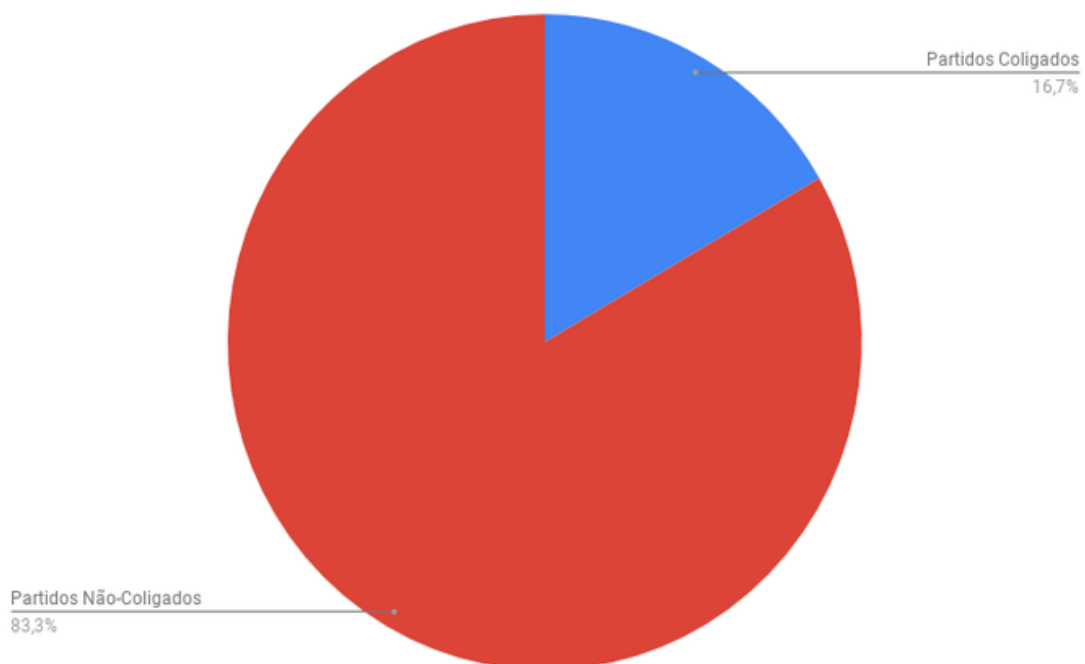
O gabinete nomeado por Rodrigo Rollemberg não é majoritário; os partidos com participação no governo respondem a apenas 29,12% dos deputados distritais, não sendo uma base suficiente forte para aprovar propostas legislativas sem negociações. A coligação vencedora teve uma participação ainda mais ínfima: apenas 16,7% dos deputados distritais da CLDF.

Figura 6 - Presença da coalizão do governo na CLDF - janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

Figura 7 - Presença da coligação vencedora do GDF na CLDF - janeiro/2015



Fonte: O autor (2019)

O governador recompensa os partidos que participam seu governo, disponibilizando 32% secretarias e 29% das administrações regionais para os partidos aliados. Considerando apenas os partidos coligados, houve a destinação 17,9% das secretarias e 19,4% das administrações regionais para a nomeação de filiados do PSD, Solidariedade e PDT.

## 4 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada aponta resultados interessantes para as hipóteses levantadas. Primeiramente, corrobora-se a hipótese de que o chefe do executivo - o governador, no caso estudado - usa as pastas como moeda de troca para criar uma base legislativa - mas refuta-se a hipótese de que ele nomearia um gabinete majoritário.

A análise da formação de gabinete foi separada em 4 segmentos: secretarias, autarquias, empresas públicas e administrações regionais. Em apenas um caso houve distribuição das pastas de forma proporcional ao peso do partido na CLDF: nas administrações regionais, que apresentaram forte correlação tanto quando consideramos os partidos coligados para a eleição de governador quanto quando levamos em conta todos partidos que formam a coalizão governista.

Verificou-se ainda forte presença do PSB, partido do governador Rollemberg, nos quatro segmentos que compõem o gabinete do GDF. Por fim, verificou-se um critério técnico/apartidário na escolha de boa parte das pastas, especialmente para a escolha das direções das autarquias e empresas públicas.

Nesse sentido, conclui-se que o governador recompensou os partidos coligados na proporção em que a coligação teve deputados eleitos - ainda que a distribuição dos cargos tenha tido correlação apenas no caso das administrações regionais. Isso significa que foi uma boa estratégia eleitoral participar da coligação.

No tocante à recompensa a posteriori - caso da coalizão formada pelo governo - houve também recompensa com secretarias e administrações regionais, de forma muito semelhante do caso das coligações - ou seja, proporcional ao peso no legislativo, no caso das administrações, ou por critérios diversos, no caso das secretarias.

Por fim, pode-se prever que o governo Rollemberg, por não ter realizado uma coalizão capaz de construir uma base legislativa majoritária, tenha problemas na aprovação de projetos de lei de seu interesse - o que acabou ocorrendo de fato.

## REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, v. 31, n. 1, p. 5-38, 1988.

DMITRUK, Hilda Beatriz (Org.). **Cadernos metodológicos**: diretrizes da metodologia científica. 5. ed. Chapecó: Argos, 2001. 123 p.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Eleições 2014 - Resultados. **Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal**. Disponível em: <http://www.tre-df.jus.br/>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova**, v. 44, p. 81-106, 1998.

METTZER. O melhor editor para trabalhos acadêmicos já feito no mundo. **Mettzer**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <http://www.mettzer.com/>. Acesso em: 21 Ago. 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; DE ASSIS, Pedro Paulo Ferreira Bispo. Coligações eleitorais e fragmentação das bancadas parlamentares no Brasil: simulações a partir das eleições de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 60, p. 29-46, 2016.

NICOLAU, Jairo. **Sistemas Eleitorais**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2004.

RAE, D.. **The political consequences of electoral laws**. New Haven/London: Yale Univeristy Press, 1967.

RODRIGUES, Mateus. Rollemberg anuncia presidentes de empresas e membros do 2º escalão. **G1 - Distrito Federal**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/01/rollemberg-anuncia-presidentes-de-empresas-e-membros-do-2-escalao.html>. Acesso em: 19 Fev. 2019.

SANDES FREITAS, Vitor E. V.. **Alianças Partidárias nos Estados Brasileiros**: Das coligações às coalizões de governo. Campinas-SP, 2015. 293 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - UNICAMP.

SANDES FREITAS, Vitor E. V.; MASSONETO, Ana Paula. Coligações e coalizões governamentais nos estados brasileiros: análise dos casos de São Paulo e do Piauí. In: 36º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 2012, Águas de Lindóia-SP, 2012. 25 p.

TERRA. Veja os deputados federais e distritais eleitos pelo DF. **Portal Terra**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/distrito-federal/veja-os-deputados-federais-e-distritais-eleitos-pelo-df,53103ad6035c8410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 Mar. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 20 Fev. 2019.